



FOL
1047

A RACIONALIDADE ECONÔMICA DO EMPRESÁRIO FAMILIAR

Manoel A. M. Payés

Miguel Angelo da Silveira

A racionalidade economica do
1997

FL - 01047



1378 - 1



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Presidente: Fernando Henrique Cardoso

Ministro da Agricultura e do Abastecimento:
Arlindo Porto

Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa

Presidente: Alberto Duque Portugal

Diretores: Dante Daniel Giacomelli Scolari
José Roberto Rodrigues Peres
Elza Angela Battaglia Brito da Cunha

Centro Nacional de Pesquisa de Monitoramento e Avaliação de Impacto Ambiental - CNPMA

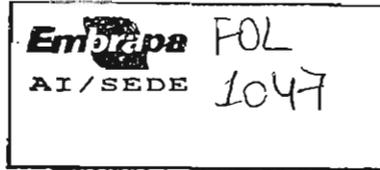
Chefe Geral: Clayton Campanhola

Chefe Adjunto de Pesquisa e Desenvolvimento: Ariovaldo Luchiari Júnior

Chefe Adjunto Administrativo: Rosângela Blotta Abakerli

ISSN 1413-0084

*Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
Centro Nacional de Pesquisa de Monitoramento e Avaliação de Impacto Ambiental
Ministério da Agricultura e do Abastecimento*



A RACIONALIDADE ECONÔMICA DO EMPRESÁRIO FAMILIAR

Manoel A. M. Payés
Miguel Angelo da Silveira

*Jaguariúna, SP
1997*

Embrapa-CNPMA. Documentos, 10

Exemplares dessa publicação podem ser solicitados à:

Embrapa. Centro Nacional de Pesquisa de Monitoramento e Avaliação de Impacto Ambiental - CNPMA

Rodovia SP 340 - km 127,5 - Bairro Tanquinho Velho

Caixa Postal 69

13820-000 - Jaguariúna, SP

Fone: (019) 867-5633

Fax: (019) 867-5225

e.mail: adi@cnpma.embrapa.br

Editoração: Regina Lúcia Siewert Rodrigues

Revisão e Normatização: Maria Amélia de Toledo Leme

Tiragem: 500 exemplares

PAYES, M.A.M; SILVEIRA, M.A. **A racionalidade econômica do empresário familiar.** Jaguariúna: Embrapa-CNPMA, 1997. 21p. (Embrapa-CNPMA. Documentos,10)

CDD 338.1

©EMBRAPA-CNPMA, 1997

SUMÁRIO

	Pag.
APRESENTAÇÃO.....	5
INTRODUÇÃO.....	7
A UNIDADE PROPRIEDADE/TRABALHO.....	8
O DUPLO OBJETIVO DA PRODUÇÃO	12
A RACIONALIDADE ECONÔMICA.....	13
AS CARTEIRAS	16
CONCLUSÕES	18
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	19

Apresentação

A agricultura familiar tem-se destacado como uma das alternativas para fixação do homem no campo. Há que se considerar, no entanto, que existem muitas modalidades de agricultores familiares, assim como existem diferentes lógicas desses agricultores quanto à utilização de tecnologias e práticas produtivas, bem como quanto ao seu relacionamento com o mercado.

Esses aspectos indicam que qualquer política pública direcionada a esse setor deve considerar, por princípio, todas essas particularidades. Começa-se a perceber que as tecnologias não são neutras e que embora contribuam para o desenvolvimento, podem aprofundar as diferenças sociais. Percebe-se também que os pacotes tecnológicos não atendem a todas as categorias de produtores familiares e que devem ser respeitados as suas características culturais e suas ambições e perspectivas pessoais. Percebe-se ainda que o simples acesso a tecnologias não significa melhoria no seu nível de renda e, portanto, na sua qualidade de vida.

Todas essas abordagens mostram que os agricultores familiares constituem-se um segmento bastante complexo e que deve ser tratado como tal, tanto no que se refere às políticas de fomento como às políticas de desenvolvimento científico e tecnológico.

O presente texto objetiva discutir as disparidades acima apontadas, de modo a contribuir para o estabelecimento de estratégias para o desenvolvimento da agricultura familiar no âmbito da sua sustentabilidade, ou seja, levando-se em conta os aspectos sociais, econômicos, ecológicos e políticos.

Clayton Campanhola
Chefe Geral - EMBRAPA-CNPMA

A racionalidade econômica do empresário familiar

*Manoel A. M. Payés¹
Miguel Angelo da Silveira²*

Introdução

Os responsáveis pela pesquisa e desenvolvimento (P&D) da pequena produção agrícola freqüentemente defrontam-se com pelo menos duas dificuldades. A primeira, refere-se a como caracterizar claramente o atual produtor familiar, isto é, como diferenciar este agricultor do capitalista e do camponês. Qual é o melhor critério a ser empregado? A ausência de assalariamento? Os tipos de cultivos explorados? O tamanho ou destino da produção?

A segunda, refere-se a como caracterizar adequadamente a racionalidade econômica do atual produtor familiar. Em outros termos, qual é a racionalidade que guia as decisões de produção e de investimento desse produtor?

As respostas às questões colocadas são de extrema relevância pois, uma vez caracterizada e compreendida a sua racionalidade, será possível diagnosticar melhor os entraves e potencialidades dos distintos sistemas de produção da atual agricultura familiar. Ademais, permitem uma melhor definição de estratégias de intervenção. Assim, diagnosticando e sugerindo modificações nos sistemas de produção em sintonia com a racionalidade do atual produtor

-
1. Economista, Ph.D., Professor Titular da Universidade de Sorocaba e da Universidade São Francisco - Campus Bragança Paulista, Av. Dr. Eugênio Salemmo, 140-18035-430 Sorocaba, SP. e Av. São Francisco de Assis, 218 - 12900-000 Bragança Paulista, SP.
 2. Cientista da Comunicação, Ph.D., Embrapa Meio Ambiente, Caixa Postal 69 Cep 13820-000 Jaguariúna, SP.

familiar, poderão conseguir-se resultados mais amplos e melhores, em termos de eficiência técnico-econômica e redução de impactos ambientais. Esses resultados, por outro lado, facilitarão não apenas a validação das propostas de intervenção por parte dos agricultores, como também sua divulgação para outros produtores.

Procura-se, então, contribuir no esclarecimento de ambas as questões. Mais precisamente, pretende-se, primeiro, delimitar a base conceitual da atual produção familiar e, segundo, discutir a racionalidade econômica por trás das decisões de produção e de investimento.

A unidade propriedade/trabalho

O atual produtor familiar apresenta como primeira característica a unidade propriedade/trabalho. Friedmann (1986), explica a relevância deste aspecto da seguinte forma:

"(...) This is unique in a society whose central structural principle is the separation between capital on one side and free labour on the other, with production organized through markets in labour power" (p.187).

Com efeito, se entendido o capitalista no sentido leninista como patrão, a unidade propriedade/trabalho distingue ambos os produtores, já que a participação do capitalista na produção restringe-se à direção e supervisão, enquanto o trabalho direto cabe exclusivamente aos assalariados (Lenin, 1979).

Principalmente por razões históricas, com destaque na ação do Estado, a persistência da unidade propriedade/trabalho não tem uma única face. Na

moderna agricultura européia, segundo Servolin (1989), o trabalho direto do proprietário é de "responsabilité personnelle", isto é, advém de um único membro da família, muitas das quais sem sucessor. Todavia, na produção de trigo nos Estados Unidos, Friedmann (1978), observa o trabalho direto não apenas do pai proprietário mas também de pelo menos um filho sucessor. Da mesma forma na agricultura do Canadá, Jean (1985), aponta "l'agriculture de groupe" com participação de filhos no trabalho direto. Também no Brasil, o trabalho direto dificilmente restringe-se a um único membro da família que, convém notar, ainda persiste ampliada, com vários filhos e sucessores³. Por outro lado, mesmo que sazonalmente, o trabalho direto da família não é dispensável em grande parte das atividades rurais, dado o caráter parcial da modernização agrícola (Graziano da Silva, 1981).

No obstante, o atual produtor familiar não se distingue somente dos capitalistas. Há também diferenças com respeito aos camponeses, observáveis na medida em que a produção destes passa por relações comunais e pessoais. Para Friedmann (1980):

"(...) Peasant households have important communal relations, including local exchange of products and reciprocal sharing of labour. For this reason the village is typically the immediate arena of reproduction. Even asymmetrical relations, such as credit and tenancy, are with particular persons, not banks or corporations, and are not governed by market prices" (p.165).

³ O número médio de filhos na região rural do Sul decresceu 13,6% entre 1978 e 1984. Porém, embora decrescente a família rural ainda permanece ampliada. Em 1984, o número médio de filhos por família rural foi de 2,35. Ver PORTO, C.N.; COSTA, I.D.N.; NOZOE, N.H. Estrutura das famílias na cidade e no campo: uma análise inter-regional. IN: DELGADO, G.C.; GASQUES, J.G.; VERDE, C.M.V., org. *Agricultura e políticas públicas*. Brasília: IPEA, 1990. cap.3. p.225-278. (Série IPEA.127)

Dessa maneira, a inserção do camponês no mercado só é parcial. Abramovay (1990), adiciona que o fundamental nesta inserção parcial é a flexibilidade entre consumo e venda no sentido de que, "(...) caso o mercado não seja propício, o objetivo central de alimentar a família não estará fatalmente comprometido (...)". Para este mesmo autor, o caráter parcial da inserção no mercado é também viabilizado na medida em que nem todos os meios de produção são comprados. Friedmann (1980), esclarece que terra e trabalho, para o camponês, são bem mais importantes que outros meios de produção na determinação da qualidade e quantidade de produção.

Com efeito, a inserção parcial do camponês no mercado é possível na medida em que, utilizando-se do saber técnico e meios de produção tradicionais, sua produção pode tornar-se mercadoria quando assim o decidir. Noutras palavras, porque os meios de produção e as técnicas essenciais à produção rural consumida pela sociedade ainda encontram-se sob seu domínio.

Esse domínio, porém, é minado paulatina mas crescentemente pelos capitais industriais, com base em apropriações parciais e discretas do processo de produção rural (Goodman, Sorj & Wilkinson, 1990). Apropriações estas que expressam a crescente corrosão da natureza como força fora da direção e controle dos capitais industriais "apropriacionistas" e, freqüentemente, a perda da importância do trabalho na produção agrícola. A partir de então, a produção rural de mercadorias consumida pela sociedade passa necessariamente pela absorção de inovações tecnológicas vindas de capitais industriais. Sem essas inovações, cada vez mais dificulta-se a produção e até mesmo impede-se a comercialização.

Nessas condições, qualquer agente econômico que pretenda produzir mercadorias é obrigado não apenas a adquirir os novos meios de produção e a re-qualificar o saber técnico, como também a ampliar sua inserção em mercados mais desenvolvidos de dinheiro, terra, etc. e, ainda, a operar sob as condições gerais de sobrevivência do capitalismo (concorrência, concentração, etc.).

A inserção no mercado do atual produtor familiar, porém, não deve ser entendida como "plena" ou "completa", no sentido de que vende-se tudo o que se produz e compra-se tudo o que se consome, até mesmo os alimentos da família. Diversos estudos empíricos no Brasil têm observado a produção de auto-subsistência inclusive nos produtores familiares de soja⁴.

O traço fundamental dessa inserção é seu **caráter irreversível**, sob pena de ameaçar a reprodução social. O atual produtor familiar prescinde das relações comunais e pessoais mas não dos mercados, inclusive o de força de trabalho:

"(...) O mercado adquire a fisionomia impessoal com que se apresenta aos produtores numa sociedade capitalista. Os laços comunitários perdem seu atributo de condição básica para a reprodução material. Os códigos sociais partilhados não possuem mais as determinações locais, por onde a conduta dos indivíduos se pautava pelas relações de pessoa a pessoa. Da mesma forma, a inserção do agricultor na divisão de trabalho corresponde à maneira universal como os indivíduos se socializam na sociedade burguesa: a competição e a eficiência convertem-se em normas e condições da reprodução social"
(Abramovay, 1990, p.139-140).

⁴ Ver por exemplo LOVISOLO, H.R. Terra, trabalho e capital. Campinas, ed. da UNICAMP (série pesquisas), 1989, p.152.

Sob esta ótica, o atual produtor familiar contrapõe-se ao camponês russo estudado por Chayanov (1985), pois não é "(...) sujeito criador de sua própria existência". A inserção no mercado, por outro lado, sob as condições gerais de sobrevivência do capitalismo (concorrência, eficiência, concentração, etc.), imprime um novo objetivo à organização da sua produção.

O duplo objetivo da produção

Naturalmente, o atual produtor familiar procurará a melhoria do bem-estar da família trabalhadora e num sentido amplo. Do ponto de vista do consumo, aspira a todos os bens e serviços que a sociedade moderna oferece. Tenta inclusive viabilizar uma outra opção profissional aos filhos que solicitam.

Porém, da mesma forma que qualquer empresário capitalista, também procurará valorizar seu capital. Somente dessa maneira pode ter chances de sucesso no mercado: assegurar a contínua incorporação de inovações, acompanhar as modificações no tamanho de produção que daí decorrem e também propiciar novas empresas aos filhos sucessores.

Valorização patrimonial com melhoria do bem estar familiar são os dois objetivos do atual produtor familiar ao organizar a produção. É claro que esses objetivos podem não conciliar-se dependendo, entre outros fatores, da pobreza da família. Todavia, a decisão sobre a compatibilização de ambos os objetivos torna-se menos dramática à medida que cresce a magnitude do excedente monetário conseguido. A partir daí a valorização patrimonial e a melhoria do consumo familiar não apenas são passíveis de conciliação como andam em termos gerais *pari passu*.

A racionalidade econômica

O atual produtor familiar, entretanto, procura a valorização patrimonial de uma maneira particular e que expresse uma das implicações econômicas da unidade propriedade/trabalho. A procura da valorização patrimonial pode ser observada claramente, analisando-se as decisões de produzir e investir tomadas no decorrer do ciclo de vida, isto é, analisando-se as decisões de alocar recursos e força de trabalho para a produção de mercadorias e para o investimento (produtivo) (Payés, 1993).

Nessas decisões, os atuais produtores familiares procuram obter “lucro”, da mesma forma que os produtores capitalistas. Todavia, há aqui significativas diferenças. Em primeiro lugar, para o empresário familiar o termo “lucro” tem um significado bem pragmático, isto é, para ele o lucro é a diferença entre a renda bruta monetária anual e as despesas monetárias. Na realidade, é apenas no sentido pragmático que se pode falar em lucro, pois a rigor, face a unidade propriedade/trabalho, inexistente a categoria lucro na produção familiar. Com efeito, como bem lembra Friedmann (1987), na medida em que o trabalho familiar não é social, no sentido em que não é monetizado através do mercado de trabalho nem *ex ante* nem *ex post*, da diferença entre a renda bruta monetária e os gastos monetários destinados à renovação do capital, não é possível deduzir objetivamente as realidades econômicas da produção capitalista: lucro, juros e renda fundiária. Assim, diferentemente do capitalista, qualquer tentativa de “quantificá-la” *ex-post* enquanto lucro, juro, etc. é arbitrária.

Além disso, a avaliação do lucro é realizada com uma importante singularidade. Com efeito, os atuais produtores familiares avaliam as expectativas de lucro de atividades produtivas alternativas simultaneamente sob três pontos de vista.

Primeiro, sob o ponto de vista da grandeza absoluta do lucro anual. Comparam-se os lucros que poderiam proporcionar a área, instalações, maquinário

e dinheiro disponíveis quando alocados em cultivos alternativos. Evidentemente que, sob este ponto de vista, a terra e capital disponíveis serão alocados na(s) atividade(s) que aponta(m) proporcionar o maior lucro anual.

Segundo, sob o prisma do risco do lucro. Vários são os fatores considerados nesta avaliação, notadamente os riscos relativos aos mercados e ao risco-natureza. Este último diz respeito ao risco de que, após a decisão do plantio, as condições climáticas ideais coincidam com as necessidades biológicas de desenvolvimento dos cultivos e permitam ainda sua exploração econômica.

Por outro lado, quanto mais arriscado o lucro das atividades alternativas em consideração, maior também será o risco de bancarrota. A maior aversão a esse risco, leva os produtores a diversificar a produção e o investimento, isto é, a ampliar o leque de cultivos/animais, inclusive para o autoconsumo (pois reduzem despesas e asseguram parte da sobrevivência). Essa atitude, por outro lado, possibilita-lhes maior estabilidade do lucro total anual, portanto, maior liquidez ou solvência frente às dívidas bancárias e demais gastos correntes e necessários.

Finalmente, sob o ângulo das expectativas de trabalho. Os empresários familiares, além de analisar as expectativas de lucro sob as óticas da grandeza e risco, também avaliam suas decisões sob o ângulo do que podemos chamar de expectativas de trabalho. Isto, simplesmente, porque seu tamanho econômico não o dispensa do trabalho direto. Além disso, esse trabalho direto é governado no processo de trabalho por princípios de parentesco e patriarcado que estão ausentes na produção capitalista:

"At least as important in distinguishing family farms from capitalist ones are their relations in production, or labour process. Here the principles of kinship and patriarchy prevail. The division of labour, patterns of domination and struggle, and cyclical life of the enterprise, are all shaped by gender and generation" (Friedmann, 1986, p.187).

Quer dizer, a relação no processo de trabalho entre o proprietário e chefe da empresa e os membros familiares não é a mesma do que a relação patrão-assalariado. Assim, poupando trabalho direto, poupa a família e atende igualmente ao objetivo de melhoria do bem estar geral.

As expectativas de trabalho referem-se à avaliação *ex-ante* do esforço físico e psíquico, intensidade e continuidade do trabalho direto que exige cada uma das opções de quanto produzir e de investimento alternativo⁵. Essa avaliação é resultado de experiência própria, da observação junto a vizinhos pioneiros, bem como de informações vindas de agroindústrias, assistência técnica, etc.

Nas decisões econômicas do atual produtor familiar inexistem qualquer tipo de equilíbrio, porém, desde que existam opções e desde que as atividades alternativas apresentem semelhantes expectativas de ganho e incerteza, o mesmo aplicará seus recursos naquelas que apontem expectativas de trabalho menor⁶. Já para o capitalista a aplicação de capital nestas condições será indiferente.

Dessa maneira, a consideração das expectativas de trabalho imprime especificidade à estratégia de valorização patrimonial do atual produtor familiar *vis-à-vis* à do empresário capitalista.

⁵ É evidente que o esforço físico (ou personalidade do trabalho) cada vez mais é reduzido pelas inovações. Porém em compensação, freqüentemente agrava-se a sazonalidade do trabalho e em consequência sua intensidade ou, então, ocorre maior continuidade do trabalho. Este é o caso na produção integrada. O trabalho direto é "pesado", não exige maior desgaste físico, mas intensidade e continuidade.

⁶ Quando, dada a pobreza, inexistem opções de investimento, freqüentemente combina-se o mercado de produtos com o de trabalho, isto é, com a venda temporária de força de trabalho.

As carteiras

Toda decisão de produção e investimento do atual produtor familiar pressupõe, portanto, essa singular avaliação ex-ant do lucro. É essa avaliação que guia a alocação de recursos e força de trabalho para a produção e para o investimento. Nesse sentido, os sistemas de produção podem ser analisados não apenas sob a ótica biológica-agronômica, isto é, como um conjunto de culturas/criações (interdependentes e interagentes entre si), mas também sob a ótica da formação de uma "carteira" ou "portfólio" de cultivos e criações explorados com determinada tecnologia e equipamentos.

Trata-se de uma carteira que pode alterar-se com relativa frequência, tanto do ponto de vista dos tipos e tamanhos dos cultivos e criações quanto da tecnologia e equipamentos utilizados. Além disso, a preferência dos produtores familiares para atingir seus objetivos recai evidentemente sobre a carteira mais favorável, isto é, aquela que aponte lucros mais vantajosos sob os pontos de vista da grandeza, risco e expectativas de trabalho.

Todavia, atingir a valorização patrimonial e melhoria do bem-estar familiar com uma carteira que aponte o maior lucro anual, baixo risco e menor dispêndio de força-de-trabalho é antes uma exceção do que regra, pelo menos no Brasil. Com efeito, a imensa maioria dos produtores familiares no Brasil opera com carteiras aquém do extremo vantajoso (maior lucro anual + baixo risco + menor dispêndio de força-de-trabalho direta) e mais próximas do extremo desvantajoso (menor lucro anual + alto risco + maior dispêndio de força-de-trabalho direta).

As mudanças na composição da carteira e as chances de formar portfólios cada vez mais vantajosos dependem de muitos fatores. Entretanto, é possível destacar alguns.

Em primeiro lugar, dependem do patrimônio preexistente. Quanto mais pobres os produtores familiares, menos vantajosas são geralmente as opções de

produção e investimento, notadamente do ponto de vista das expectativas de trabalho. Em geral, atividades vantajosas desse ponto de vista exigem maiores áreas e montante de capital do que os disponíveis.

Em segundo lugar, do ciclo de vida. Produtores familiares com idêntico patrimônio, mas com famílias com tamanho e estágios de vida diferentes, decidirão por carteiras também diferentes. Assim, um casal de velhos ou um casal sem filhos sucessores, tendem a decidir por uma carteira mais vantajosa em trabalho e risco, do que um com prole ampliada e muitos sucessores que pressionam para constituir novas empresas.

Em terceiro lugar, da menor ou maior aversão ao risco. Empresários familiares com idênticos patrimônios e ciclos de vida, decidirão por carteiras também diferentes segundo a propensão ao risco.

Em quarto lugar, do desenvolvimento dos mercados de produtos. Mercados de produtos em expansão ou em retração, normalmente levam às reavaliações de decisões anteriores e a novos arranjos: alguns cultivos tradicionais são excluídos das carteiras, outros ampliados e outros novos inseridos pela primeira vez.

Por outro lado, nem sempre as modificações no mercado de produtos apontam expectativas de trabalho menor. É possível que a expansão, por exemplo, de um determinado produto "intensivo em trabalho", *vis-à-vis* àqueles outros explorados pelos produtores familiares, sinalize expectativas de ganho mais favoráveis sob os prismas da grandeza e risco. A nova carteira, neste caso, seria realizada às custas do maior esforço de trabalho, pelo menos enquanto não houver opção de investimento melhor. À medida, porém, que os produtores enriquecem comprando novas terras, equipamentos, etc., vão enfatizando nas carteiras também atividades mais favoráveis em expectativas de trabalho direto.

Além disso, nem toda expansão ou retração de mercado afeta igualmente os produtores familiares. Mercados de produtos persistentemente em retração, podem restringir as chances de valorização patrimonial a apenas alguns produtores previamente mais ricos. Por outro lado, mercados em expansão que

requerem um volume de dinheiro relativamente alto para operar não serão acessíveis aos mais pobres.

Essa última situação relaciona-se diretamente com o quinto fator: as inovações tecnológicas. Algumas inovações são responsáveis pela configuração de um patamar mínimo de tamanho na produção rural de mercadorias. O patamar mínimo refere-se ao tamanho que pode proporcionar um lucro anual capaz de assegurar a valorização patrimonial e a melhoria do bem-estar familiar. Assim, ao elevar-se esse patamar em novos ou tradicionais cultivos e criações, podem diminuir as chances para muitos produtores familiares de modificar favoravelmente suas carteiras, dificultando e até impedindo a concretização desse duplo objetivo.

Finalmente, as mudanças na composição da carteira e as chances de formar portfólios cada vez mais vantajosos dependem da ação do Estado. Sem apoio do Estado, os produtores empobrecidos e semi-proletários dificilmente têm chance de re-qualificar seu saber técnico e de munir-se suficientemente dos meios de produção necessários à formação de portfólios mais vantajosos.

Conclusões

O atual produtor familiar pode ser conceituado como empresário familiar. Em primeiro lugar, pela manutenção da unidade propriedade/trabalho. Em segundo lugar e diferentemente do camponês, pela inserção ampla e irreversível nos mercados.

Esse segundo aspecto significa que passa a operar sob as condições gerais de sobrevivência do capitalismo (concorrência, concentração, etc.). Como conseqüência, o atual produtor familiar preocupa-se não apenas com o bem-estar da família, mas também e diferentemente do camponês com a valorização patrimonial. Somente assim, pode ter chances de sucesso nos mercados.

Todavia e em terceiro lugar, pela maneira como procura concretizar esse duplo objetivo, isto é, guiado por uma particular racionalidade econômica. Com efeito, suas decisões de produção e de investimento e os subsequentes portfólios de cultivos e criações formados, pressupõem, não o balanço consumo/trabalho destacado por Chayanov (1985), mas uma particular avaliação das expectativas de lucro. Mais concretamente, diferentemente do capitalista, o empresário familiar avalia as expectativas de lucro de atividades produtivas alternativas, simultaneamente, sob três pontos de vista: da grandeza anual, do risco e das expectativas de trabalho direto. Desde que possível, aloca persistentemente seus recursos e força de trabalho em atividades que constituam uma carteira vantajosa sob essas três óticas.

Nesses termos, o empresário familiar diferencia-se claramente do camponês e do capitalista. Assim, não é apenas a inserção ampla e irreversível nos mercados o que diferencia o empresário familiar do camponês, mas também a valorização patrimonial perseguida pelo primeiro.

Por outro lado, o empresário familiar diferencia-se do capitalista não apenas pelo caráter formal da unidade propriedade/trabalho, mas também porque a persistência dessa unidade, sob condições gerais de sobrevivência do capitalismo, imprime especificidade à procura da valorização patrimonial a ponto de configurar uma outra racionalidade econômica.

Bibliografia

ABRAMOVAY, Ricardo. *De camponeses a agricultores: paradigmas do capitalismo agrário em questão*. Campinas: UNICAMP-IFCH, 1990. Tese Doutorado.

CHAYANOV, Alexander V. *La organización de la unidad económica campesina*. Buenos Aires: Ed. Nueva Visión, 1985.

- FRIEDMANN, Harriet. Simple commodity production and wage labour in the american plains. *The Journal of Peasant Studies*, v.6, n.1, p. 71-100, 1978.
- FRIEDMANN, Harriet. Household production and the national economy: concepts for the analysis of agrarian formations. *The Journal of Peasant Studies*, v.7, n.2, p.158-184, 1980.
- FRIEDMANN, Harriet. Patriarchy and property: a reply to Goodman and Redclift. *Sociologia Ruralis*, v.16, n.2, p.186-194, 1986.
- FRIEDMANN, Harriet. *The family farm and the international food regimes*. IN: SHANIN, T., ed. *Peasants and peasant societies*. London: Basil Blackswell, 1987. p.247-258.
- GOODMAN, David; SORJ, Bernardo; WILKINSON, Jonh. *Da lavoura às biotecnologias*. Rio de Janeiro, Campus, 1990.
- GRAZIANO DA SILVA, José. *Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura*. São Paulo: HUCITEC, 1981.
- JEAN, Bruno. *Agriculture et développement dans l'Est du Québec*. Québec: Presses de l'Université du Quebec, 1985.
- LENIN, Vladimir. I. *El desarrollo del capitalismo en Rusia: el proceso de la formación del mercado interior para la gran industria*. Moscú: Ed. Progreso, 1979.
- PAYÉS, Manuel A. M. *O empresário familiar rural: integração à agroindústria de fumo e diferenciação*. Campinas: UNICAMP-IE, 1993. Tese Doutorado.
- SERVOLIN, Claude. *L'agriculture moderne*. Paris: Éditions du Seuil, 1989.